

História da Mannesmann

5-1-66 no Brasil

RUBEM BRAGA

EM toda essa discussão sobre a Mannesmann ainda não vi lembrada a história do começo de suas atividades no Brasil. Acho, por isso, do maior interesse transcrever aqui um trecho do livro «A Escalada», do senador Afonso Arinos de Melo Franco, em que ele refere suas atividades como deputado federal por Minas Gerais durante a sessão extraordinária da Câmara, em janeiro de 1949, sob o governo Dutra. Conta Afonso, na página 143:

«Questão espinhosa, do tipo daquelas em que não gosto de me meter, foi, na sessão extraordinária, a relativa aos obscuros interesses de uma firma comercial alemã.

A sessão extraordinária havia sido convocada, por iniciativa da maioria, para atender ao estudo de certos assuntos específicos. Uma nota explicativa da presidência, publicada nos jornais, enumerava êsses assuntos, todos importantes, que seria conveniente resolver antes que a sessão ordinária de 1949 se abrisse, e com ela os habituais debates políticos que prejudicavam o andamento das proposições.

Estávamos no início da sessão extraordinária, que coincidia com o começo do ano, quando, certa manhã, apareceu em nossa casa da rua Anita Garibaldi o embaixador Camilo de Oliveira, velho amigo de família. Camilo, que me havia solicitado aquêle encontro por telefone, sem me dizer a que vinha, transmitiu-me, em nome do ministro do Exterior, Raul Fernandes, uma farta documentação da Comissão de Reparações de Guerra, que funcionava no Itamarati.

Tratava-se, segundo declarou-me o embaixador, de uma transação suspeita, que encontrava guarida no texto da lei que regulamentava a situação dos bens dos súditos do Eixo, então em votação na Câmara.

Raul Fernandes integrava o Ministério do presidente Dutra, como representante da UDN, em virtude do acórdão interpartidário negociado por Otávio Mangabeira, presidente do nosso partido.

Habitado a admirar Raul Fernandes desde a adolescência, quando o conheci em Genebra, como delegado à Liga das Nações e embaixador em Bruxelas, eu sabia que ele conhecia a fundo o problema em andamento na Câmara, pela admirável exposição que dêle fizera em reunião especial da Comissão de Justiça, a que fora convocado.

Eu, pessoalmente, pouco sabia do assunto, e não acompanhara o andamento do projeto. Contudo, para atender ao pedido de Raul Fernandes, que o não faria à toa, lancei-me à leitura do processo. E fiquei estarecido.

Para não alongar esta crônica, deixemos estarecido o deputado udenista mineiro e em «suspense» o leitor. Amanhã continuaremos a transcrição.